



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE  
CENAF, Lote 7, Variante 2 - Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

## EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

### PREGÃO 19/19 - ELETRÔNICO

PROCESSO 0022903-22.2019.6.25.8000

#### ATENÇÃO

O **Acórdão 754/2015 TCU-Plenário** determina aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença(...)".

Em cumprimento à determinação, **alerta-se** para que o licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE-SE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, dirigida por seu Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria 886/2019, e regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto 5.450/2005, pela Lei Complementar 123/2006, pelos Decretos 8.538/2015, 6.654/2008, 7.174/2010 e 9.507/2018, pela Lei 9.472/1997, pela Resolução CNJ 182/2013, pela Resolução TSE 23.234/2010, pela Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e pela Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SMP), NAS MODALIDADES LOCAL (VC1) E LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (VC2 E VC3), COM TECNOLOGIA PARA TRANSMISSÃO DE VOZ E DADOS 2G/3G/4G (OU SUPERIOR) COM ALCANCE NACIONAL, ALÉM DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, PELO PERÍODO DE 24 MESES.**

Este Pregão Eletrônico será julgado pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL POR ITEM**, e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União e correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - PTRES: 084632, Grupo de Natureza de Despesa - Outras Despesas Correntes.

Aplica-se à presente contratação o disposto no artigo 49, II, da Lei Complementar 123/2006, pois, conforme informado pela Área Demandante (SEMAN), não existem empresas enquadradas como ME e EPP para o Estado de Sergipe (local) que tenham autorização da ANATEL para a prestação do objeto deste certame, o que pode ser confirmado junto ao sítio eletrônico <http://www.anatel.gov.br/setorregulado/component/content/article/115-universalizacao-e-ampliacao-do-acesso/telefoniamovel/423-telefoniamovel-municipios-atendidos>.

A sessão pública, com o uso de recursos de tecnologia da informação, ocorrerá às **9h (NOVE HORAS), HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019**, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

#### 1 OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O objeto deste Pregão Eletrônico é a **contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), nas modalidades LOCAL (VC1) e LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (VC2 e VC3), com tecnologia para transmissão de voz e dados 2G/3G/4G (ou superior) com alcance nacional, além do fornecimento de equipamentos em regime de comodato, pelo período de 24 meses**, conforme as condições e as normas estabelecidas neste Instrumento e em seu(s) Anexo(s).

#### 2 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

2.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.1.2 Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

2.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros.

2.3 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.5 Não poderão participar deste certame:

2.5.1 Empresários cujos Estatutos ou Contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão.

2.5.2 Empresas que tenham entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-SE.

2.5.3 Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

### 3 FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1 A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta, **a partir de 25 de OUTUBRO de 2019**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, Seção 3, **até 08 DE NOVEMBRO DE 2019**, antes da abertura da sessão pública na internet, em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

3.1.1 Até a abertura da sessão pública na Internet, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

3.2 O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

3.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida ou de sua desconexão.

3.4 Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

3.4.1 Preços em moeda nacional, observando-se as especificações necessárias indicadas no **Anexo I (Termo de Referência)** e inclusive os encargos ou despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

3.4.1.1 Para elaborar a proposta o licitante deverá preencher a Planilha de Formação de Preços constante do **Anexo II**.

3.4.2 Especificações do objeto e prazos conforme item 5 deste Edital e **Anexo I (Termo de Referência)**.

3.4.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante do **Anexo I (Termo de Referência)**.

3.4.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

3.4.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

3.4.3 Declaração firmada no campo próprio de que atende os requisitos do art. 3º, I ou II, da Lei Complementar 123/2006, sob pena de decadência do direito de pleitear os benefícios previstos na referida Lei.

### 4 FORMA DE HABILITAÇÃO

4.1 O **licitante**, para habilitar-se, deverá apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido por qualquer órgão ou entidade da administração pública ou, em sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:

4.1.1.1 Registro comercial, no caso de empresário.

4.1.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.1.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.1.1.4 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

4.1.1.5 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Instrumento.

4.1.2 Prova de regularidade para com as Fazendas federal (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos e contribuições federais e certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa da dívida ativa da União), e estadual, do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.

4.1.3 Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho-CLT).

4.1.5 Prova de não-inclusão no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

4.1.6 Prova de não-inclusão no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), disponível em: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

4.2 Os empresários ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III (Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal) e IV (Regularidade Fiscal Municipal) válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ficam dispensados de apresentar os documentos exigidos nos itens **4.1.1 a 4.1.4** desta cláusula, devendo cumprir as demais exigências.

4.3 A regularidade do licitante no SICAF será constatada por meio de consulta *on-line* na fase de habilitação.

4.4 No sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), ao assinalar o campo específico no qual declara estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e em seu(s) Anexo(s), o licitante também estará declarando que não viola a proibição do art. 7º, XXXIII, da CF/1988, ou seja, que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, e que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ficando, assim, dispensado do encaminhamento da declaração em referência.

### 5 PRAZOS

5.1 O prazo de validade da Proposta será de 60 (sessenta) dias contado da sua recepção, considerando-se para este fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.2 O TRE-SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará o adjudicatário para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados de sua convocação, receber ou retirar a Nota de Empenho.

5.2.1 Integram a Nota de Empenho, independentemente de sua transcrição, o Edital deste Pregão Eletrônico, seu(s) anexo(s) e a proposta da contratada.

5.3 O prazo de vigência da contratação será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho, **inadmitindo-se a sua prorrogação**.

### 6 PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

#### 6.1 Esclarecimentos e Impugnação do Edital:

6.1.1 Qualquer pessoa poderá:

6.1.1.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, apresentar pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório, exclusivamente por meio do endereço eletrônico [licitacoes@tre-se.jus.br](mailto:licitacoes@tre-se.jus.br).

6.1.1.2 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, impugnar o Edital, por meio do endereço eletrônico [licitacoes@tre-se.jus.br](mailto:licitacoes@tre-se.jus.br).

6.1.2 O Pregoeiro, auxiliado pela Seção de Licitações, decidirá sobre o esclarecimento ou impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.1.2.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia será considerado recebido na primeira hora do expediente do dia útil seguinte, no TRE-SE, cujo horário de funcionamento é das 7h às 13h.

6.1.2.2 O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis nos sítios [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/pregoes-2019>.

6.1.3 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

#### 6.2 Classificação das Propostas e Formulação dos Lances:

6.2.1 O Pregoeiro, via sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade com o item 3.1.

6.2.1.1 O Pregoeiro procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.

6.2.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos do item.

6.2.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, o licitante poderá encaminhá-los exclusivamente por meio do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), sendo imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.2.1 Os lances serão ofertados **pelo valor total do item**, considerando todo o período de contratação (24 meses, conforme item 1 do Anexo I - Termo de Referência).

6.2.2.2 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

6.2.2.3 Somente será aceito lance inferior ao último valor registrado no sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) e ofertado pelo mesmo licitante.

6.2.2.4 Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido em primeiro lugar.

6.2.3 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.2.4 A fase de lances será encerrada mediante aviso de seu fechamento iminente aos licitantes por meio do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

#### 6.3 Aceitabilidade das Propostas e Habilitação:

**6.3.1 Condições Gerais de Aceitabilidade:**

**6.3.1.1** Após o encerramento da fase de lances, e antes de examinar a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta, via chat do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), ao licitante cuja proposta esteja classificada em primeiro lugar **para o item**, a fim de:

**6.3.1.1.1** Obter preço mais vantajoso para a Administração.

**6.3.1.1.2** Ajustar o(s) preço(s) que se encontre(m) superior(es) ao(s) valor(es) de referência, caso em que o licitante será convocado a fazê-lo, até o limite e no prazo informados pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

**6.3.1.2** Serão recusadas as propostas:

**6.3.1.2.1** Cujo(s) preço(s) não seja(m) ajustado(s) conforme o item **6.3.1.1.2**.

**6.3.1.2.2** Cujo(s) preço(s) seja(m) manifestamente inexequível(is), assim considerado(s) aquele(s) que não venha(m) a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos sejam coerentes com os praticados no mercado.

**6.3.1.2.3** Cujas características não sejam compatíveis às especificações do objeto.

**6.3.1.3** Havendo necessidade de esclarecimentos complementares ou indícios de inexequibilidade da proposta (incapacidade para o cumprimento das obrigações a serem assumidas), o licitante será convocado, via chat, para que se manifeste, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

**6.3.1.3.1** Para efeito de comprovação da exequibilidade da proposta de preços poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

**6.3.1.3.1.1** Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

**6.3.1.3.1.2** Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

**6.3.1.3.1.3** Verificação de outros Contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

**6.3.1.3.1.4** Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**6.3.2 Do Tratamento Diferenciado e Favorecido (Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015):**

**6.3.2.1** Se a proposta classificada em primeiro lugar não for ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e existir(em) outra(s) proposta(s) superior(es) em até 5% (cinco por cento) ofertada(s) por microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, esta(s) poderá(ão) ofertar, pela ordem, no prazo de até 5 (cinco) minutos, proposta(s) inferior àquela.

**6.3.2.1.1** Não exercido, o direito prelui, sendo convocada a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte seguinte, se houver.

**6.3.2.1.2** Configurado o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à melhor classificada, no prazo de 05 (cinco) minutos.

**6.3.2.1.2.1** Não prosperando o procedimento de desempate, será analisada a aceitabilidade da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

**6.3.3 Do Direito de Preferência (Decreto 7.174/2010):**

**6.3.3.1** Será assegurada preferência ao licitante que apresente, pela ordem, a(s) seguinte(s) característica(s):

**6.3.3.1.1** Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB).

**6.3.3.1.2** Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País.

**6.3.3.1.3** Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB.

**6.3.3.2** Para o exercício do direito de preferência, o licitante deverá declarar em campo próprio, **para o item**, que atende aos requisitos do Art. 5º do Decreto 7.174, de 12/5/2010, sob pena de decadência do direito de pleitear os benefícios previstos no referido Decreto.

**6.3.3.2.1** De acordo com a declaração prestada, o licitante será convocado para oferecer lance igual ou inferior ao da melhor proposta válida, no prazo fixado pelo sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), sob pena de preclusão do seu direito.

**6.3.3.3** O exercício do direito de preferência será concedido e operacionalizado por meio do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

**6.3.3.3.1** Aplicação das regras previstas no item **6.3.3.1**, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para o exercício do direito de preferência.

**6.3.3.3.2** Convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no item **6.3.3.1.1**, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida para o item.

**6.3.3.3.3** Caso a preferência não seja exercida na forma do item **6.3.3.3.2**, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item **6.3.3.1.2**, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item **6.3.3.1.3**, caso esse direito não seja exercido.

**6.3.3.4** A comprovação do atendimento ao PPB ou aos bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelos Decretos 5.906/2006 ou 6.008/2006.

**6.3.3.4.1** A comprovação será feita:

**6.3.3.4.1.1** Eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) ([www.mctic.gov.br/SISEPIN/leiDeInformatica/empresasHabilitadas](http://www.mctic.gov.br/SISEPIN/leiDeInformatica/empresasHabilitadas)) ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) (<http://site.suframa.gov.br/>); ou

**6.3.3.4.1.2** Por documento expedido para esta finalidade pelo MCTIC ou pela SUFRAMA ou por outro órgão ao qual seja legalmente atribuída tal competência, **mediante solicitação do licitante**.

**6.3.3.4.2** Não serão aceitos como meio de comprovação documentos e/ou declarações emitidos pelo próprio licitante ou pelo fabricante.

**6.3.3.5** Na hipótese de **nenhum dos licitantes** preencher os **requisitos elencados no item 6.3.3.1**, prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema eletrônico.

**6.3.4 Condições Específicas de Aceitabilidade:**

**6.3.4.1** O licitante cuja proposta seja classificada em 1º (primeiro) lugar, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível, **deverá enviar/entregar**, em ordem de preferência, por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), pelo e-mail [licitacoes@tre-se.jus.br](mailto:licitacoes@tre-se.jus.br) ou na Seção de Licitações, **Planilha de Formação de Preços** (em formato .ods ou .pdf), nos moldes constantes no **Anexo II** deste Edital.

**6.3.4.1.1** Na hipótese de a proposta de preços detalhada ser apresentada com incorreções, o Pregoeiro poderá conceder prazo ao licitante, nos moldes delineados no item **6.3.4.1**, para que proceda aos devidos ajustes.

**6.3.4.1.2** Se o licitante vencedor deixar de apresentar a Proposta de Preços detalhada, nos termos estabelecidos neste Edital (**Anexo II**) ou não providenciar o saneamento das incorreções apontadas no prazo a que se refere o item **6.3.4.1.1**, poderá sofrer a penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 e será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação.

**6.3.4.1.3** O envio ou a entrega e a análise do documento referido no item **6.3.4.1** precedem a aceitação da proposta classificada em primeiro lugar.

**6.3.5 Exigências de Habilitação:**

**6.3.5.1** Os documentos relativos à habilitação, exigidos na cláusula quarta, deverão ser enviados ou entregues, em ordem de preferência, por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), pelo e-mail [licitacoes@tre-se.jus.br](mailto:licitacoes@tre-se.jus.br) ou na Seção de Licitações (SELIC), observado o prazo estipulado pelo Pregoeiro, que será de, no mínimo, 2 (duas) horas, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

**6.3.5.2** Será admitida a comprovação de regularidade via Internet, por meio de consulta "on-line" a sítios oficiais, inclusive para suprir data vencida em algum documento, ficando dispensada, para os documentos em que for possível esta comprovação, a entrega exigida no item **6.3.5.1** e a apresentação dos originais.

**6.3.5.2.1** Na impossibilidade de consulta ao SICAF e/ou aos sítios oficiais, observar-se-á o item **6.3.5.1**.

**6.3.5.3** A irregularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte poderá ser sanada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, se houver justificativa plausível do licitante.

**6.3.5.3.1** A não regularização referida no item **6.3.5.3** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 (Art.4º, §5º do Decreto 8.538/2015).

**6.3.6 Outras Disposições:**

**6.3.6.1** Na hipótese de a proposta ou de o lance de menor valor não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem classificatória, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

**6.3.6.1.1** Na situação prevista no item **6.3.6.1**, o Pregoeiro deverá proceder conforme os itens **6.3.1**, **6.3.2**, **6.3.3**, **6.3.4** e **6.3.5**.

**6.3.6.2** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**6.3.6.3** Em caso de desconexão do Pregoeiro nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) poderá permanecer acessível aos licitantes, retornando o Pregoeiro quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.3.6.4** Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de **menor preço**, segundo o fator **preço global por item**, desde que atendidas as exigências de habilitação deste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado o certame conforme o item **8**.

**6.3.6.5** Se não for apurada nenhuma proposta que atenda a este Edital, a Administração poderá fixar prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas e/ou documentação, escoimadas as causas que ensejarem a desclassificação.

**7 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**7.1** Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), em formulários próprios.

**7.2** A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, no prazo designado pelo Pregoeiro.

**7.2.1** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

**7.3** Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte do licitante (Acórdão 339/2010 TCU Plenário).

**7.3.1** Os requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, especificados no item **7.3**, devem ser interpretados da seguinte forma:

**7.3.1.1** Sucumbência – a decisão do Pregoeiro tem que causar prejuízo direto ao recorrente.

**7.3.1.2** Tempestividade – só é passível de análise a intenção de recurso apresentada nos prazos exigidos por lei.

**7.3.1.3** Legitimidade – só o licitante credenciado poderá interpor recurso.

**7.3.1.4** Interesse – só é passível de análise a intenção de recurso que, acolhida, altere a situação jurídica do recorrente, isto é, modifique a ordem classificatória ou a habilitação do licitante ou de seus concorrentes no certame.

**7.3.1.5** Motivação – o recorrente deverá indicar de forma precisa, clara e completa, embora não necessariamente detalhada, os equívocos ou a ilegalidade atribuídos ao Pregoeiro, que, se corrigidos, alterariam a classificação das propostas ou a habilitação dos licitantes.

**7.4** Aceita a intenção de recurso, será concedido ao recorrente prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.

**7.5** Considerando o Pregoeiro, ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento, adjudicando o objeto da licitação ao vencedor.

**7.5.1** Motivação manifestamente inconsistente é aquela que, mesmo instruída e fundamentada, não afeta o entendimento do TRE-SE sobre a questão.

**7.5.2** Motivação manifestamente equivocada é aquela que não guarda pertinência com o item em julgamento, é imprecisa, obscura ou incompleta.

**7.6** Cabe ao Pregoeiro receber, examinar, instruir e decidir os recursos em até 5 (cinco) dias úteis.

**7.6.1** Quando mantiver sua decisão, o Pregoeiro deverá encaminhar os autos instruídos à autoridade competente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, tendo esta autoridade prazo idêntico para decisão.

**7.6.2** O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**7.7** Fica assegurado aos licitantes:

**7.7.1** O acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos por intermédio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**7.7.2** Vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses na sede do TRE-SE, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju/SE, no horário de expediente do Tribunal.

**7.8** Dos atos praticados com respeito a este Pregão Eletrônico cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos casos de:

**7.8.1** Anulação ou revogação deste Pregão Eletrônico, contado da publicação do ato no Diário Oficial da União.

**7.8.2** Rescisão da Contratação e/ou aplicação das penas de advertência ou de multa, contado da intimação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.

**7.9** No caso específico da pena de impedimento de licitar, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do TRE-SE, cabe recurso, dirigido ao Presidente do TRE-SE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da intimação do licitante.

**7.10** Recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**7.10.1** A Diretoria-Geral do TRE-SE poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva, nos casos previstos nos itens **7.8** e **7.9**.

**7.10.2** O recurso será dirigido à autoridade competente do TRE-SE, por intermédio do Pregoeiro, o qual, em 5 (cinco) dias úteis, o encaminhará, devidamente informado, para apreciação e decisão, em idêntico prazo.

## 8 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**8.1** O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora **para o item**.

**8.2** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente deste Tribunal adjudicará (exceto no caso do item **7.5**) o objeto e homologará o procedimento licitatório.

**8.2.1** O adjudicatário, quando convocado, terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para receber ou retirar a Nota de Empenho, a contar da data em que receber a comunicação.

**8.2.2** Se o licitante vencedor recusar-se a receber ou retirar a Nota de Empenho injustificadamente será aplicada a regra do item **8.3**.

**8.3** Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular no ato do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho, será convocado outro licitante para fazê-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**8.4** É vedada ao adjudicatário a sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

**8.4.1** É vedada a subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE-SE.

**8.5** A autoridade competente do TRE-SE poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**8.6** A anulação do procedimento deste Pregão Eletrônico por motivo de ilegalidade induzirá à da contratação, não gerando obrigação do TRE-SE em indenizar a Contratada, ressalvado o disposto no item **8.8**.

**8.7** A declaração de nulidade da contratação originada por este Pregão Eletrônico opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

**8.8** A nulidade não exonera o TRE-SE do dever de indenizar a Contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

**8.9** No caso de desfazimento do processo licitatório ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## 9 DAS PENALIDADES EM SEDE DE SESSÃO PÚBLICA

**9.1** O **licitante** que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas relacionadas, ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o art. 4º, XIV, da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento, em seu(s) Anexo(s), e das demais cominações legais:

**9.1.1** **Por até 2 (dois) meses**, quando não entregar a documentação exigida para o certame ou não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

**9.1.2. Por até 4 (quatro) meses:**

**9.1.2.1** Quando ensejar o retardamento da execução do certame.

**9.1.2.2** Quando não manter a proposta.

**9.1.3** **Por até 2 (dois) anos**, quando comportar-se de modo inidôneo.

**9.2** O retardamento na execução do certame referido no item **9.1.2.1** é qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.

**9.3** A não manutenção da proposta referida no item **9.1.2.2** verifica-se pela ausência de seu envio, pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido do licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

**9.4** O comportamento inidôneo referido no item **9.1.3** é a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura destinada a prejudicar a veracidade de seu teor original.

**9.5** Quando a ação ou omissão do licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

**9.6** Para que seja aplicada a sanção prevista no item **9.1**, deve ser instaurado processo administrativo a fim de oportunizar a defesa prévia ao interessado, mediante o exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua notificação.

**9.7** A competência para aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

## 10 DISPOSIÇÕES FINAIS

**10.1** Integram este Edital os seguintes anexos:

**10.1.1** Anexo I - Termo de Referência.

**10.1.2** Anexo II - Planilha de Formação de Preços.



**10.1.3** Anexo III - Instrumento de Medição de Resultados.

**10.1.4** Anexo IV - Termo de Recebimento Provisório.

**10.1.5** Anexo V- Termo de Recebimento Definitivo.

**10.2** As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, Gestão/Fiscalização da Contratação, forma de pagamento e penalidades constam do **Anexo I** (Termo de Referência).

**10.3** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE-SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**10.4** A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Edital, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor.

**10.4.1** O limite estabelecido no item **10.4** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os Contratantes.

**10.4.2** Em se tratando de acréscimos, a Contratada deverá submeter à Gestão/Fiscalização da Contratação, previamente, orçamento detalhado e memória de cálculo, para a devida aprovação.

**10.5** A suspensão dos trabalhos, necessariamente registrada, quer por desconexão superior a 10 (dez) minutos, quer por decisão do Pregoeiro, terá seu reinício subordinado à comunicação expressa aos licitantes.

**10.6** É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade competente do TRE-SE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**10.7** O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da sua habilitação.

**10.8** Informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694 ou pelo endereço eletrônico [licitacoes@tre-se.jus.br](mailto:licitacoes@tre-se.jus.br).

**10.9** O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na presente relação contratual é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**10.10** Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), a Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Complementar 123/2006, os Decretos 8.538/2015, 6.654/2008, 7.174/2010 e 9.507/2018, a Lei 9.472/1997, a Resolução CNJ 182/2013, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017.

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), nas modalidades LOCAL (VC1) e LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (VC2 e VC3), com tecnologia para transmissão de voz e dados 2G/3G/4G (ou superior) com alcance nacional, além do fornecimento de equipamentos em regime de comodato, pelo período improrrogável de 24 meses, conforme especificações técnicas e condições constantes deste Instrumento.

#### 2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 O objeto desta contratação é composto por item único, conforme discriminado na tabela a seguir.

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	QTDE	VALOR (UNITÁRIO)	VALOR (MENSAL)	VALOR (24 MESES)
1	26387	Pacote de serviços smp (voz, dados, sms, etc)	<p><b>a) Serviço Móvel Pessoal (SMP) pelo período improrrogável de 24 meses, sob as seguintes condições:</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>Devem ser habilitadas <b>07 (sete) linhas individuais</b> de acesso ao SMP para tráfego de voz e dados, <b>sem o fornecimento de equipamentos em comodato</b>. Apenas deverão ser fornecidos sete chips (SIM cards) correspondentes às linhas individuais de acesso ao SMP, totalmente compatíveis com os formatos: Mini, Micro e Nano. Será aceito o uso de adaptadores..</li><li>Devem estar bloqueados até o final da contratação - ou a contratada deverá disponibilizar meios para que o Tribunal realize os bloqueios - qualquer serviço diferente dos especificados, a exemplo de serviços conhecidos como "Serviços de Interatividade", que permitem a aquisição de Ringtones, assinaturas de notícias, roaming internacional para voz/dados e quaisquer outros serviços que gerem custo adicional não previsto neste Instrumento.</li><li>Não deverá haver cobrança pela habilitação de linhas ou de quaisquer outros serviços. Além disso, o serviço deverá:<ol style="list-style-type: none"><li>3.1 ser disponibilizado de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, nas modalidades local (VC1) e longa distância (VC2 e VC3), com alcance nacional;</li><li>3.2 possuir tecnologia de transmissão de voz e dados 2G/3G/4G ou superior;</li><li>3.3 utilizar tecnologia GSM ou superior;</li><li>3.4 possuir cobertura, no mínimo, nos municípios do Estado de Sergipe: Aracaju, Estância, Itabaiana, Lagarto, Neópolis, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Simão Dias e Tobias Barreto;</li><li>3.5 disponibilizar a maior velocidade de dados ofertada em cada localidade;</li><li>3.6 possibilitar a portabilidade numérica de 6 (seis) linhas individuais de acesso ao SMP existentes atualmente no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (79 99811-3303, 79 99931-6929, 79 99824-5303, 79 99954-6121, 79 99954-9149 e 79 99864-9799);</li><li>3.7 possuir assinatura com valor fixo mensal pós-pago e permitir ligações ilimitadas para qualquer telefone fixo ou móvel do Brasil, mesmo em roaming dentro do território nacional. Serão aceitos dentro da condição de "ilimitado" planos que</li></ol></li></ol>	7	49,00	343,00	8.232,00

	<p>tenham franquia acima de 20.000 minutos por mês para cada linha; envio e recebimento de SMS ilimitados para qualquer telefone do Brasil; nas localidades com cobertura 4G, ou superior, o acesso à internet Móvel de Banda Larga (dados) deve ocorrer com velocidade média mínima de 1Mbps e com mínimo de 6GB de franquia mensal, com bloqueio do tráfego após o término da franquia ou com a redução e/ou limitação de velocidade após o consumo da franquia, porém, sem cobrança adicional pelos dados trafegados.</p> <p>3.8 apresentar disponibilidade do sistema de acordo com a legislação vigente.</p>				
	<p><b>b) Serviço Móvel Pessoal (SMP) pelo período improrrogável de 24 meses, sob as seguintes condições:</b></p> <p>1. ser habilitadas <b>07 (sete) linhas individuais</b> de acesso ao SMP para tráfego de voz e dados, <b>COM o fornecimento de equipamentos em comodato.</b></p> <p>2. estar bloqueados até o final da contratação - ou a contratada deverá disponibilizar meios para que o Tribunal realize os bloqueios - qualquer serviço diferente dos especificados, a exemplo de serviços conhecidos como “Serviços de Interatividade”, que permitem a aquisição de Ringtones, assinaturas de notícias, roaming internacional para voz/dados e quaisquer outros serviços que gerem custo adicional não previsto neste Instrumento.</p> <p>3. Não deverá haver cobrança pela habilitação de linhas ou de quaisquer outros serviços. Além disso, o serviço deverá:</p> <p>3.1 ser disponibilizado de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, nas modalidades local (VC1) e longa distância (VC2 e VC3), com alcance nacional;</p> <p>3.2 possuir tecnologia de transmissão de voz e dados 2G/3G/4G ou superior;</p> <p>3.3 utilizar tecnologia GSM ou superior;</p> <p>3.4 possuir cobertura, no mínimo, nos seguintes municípios do Estado de Sergipe: Aracaju, Estância, Itabaiana, Lagarto, Neópolis, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Simão Dias e Tobias Barreto;</p> <p>3.5 disponibilizar a maior velocidade de dados ofertada em cada localidade;</p> <p>3.6 possibilitar a portabilidade numérica de 6 (seis) linhas individuais de acesso ao SMP existentes atualmente no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (79 99811-3303, 79 99931-6929, 79 99824-5303, 79 99954-6121, 79 99954-9149 e 79 99864-9799);</p> <p>3.7 possuir assinatura com valor fixo mensal pós-pago e permitir ligações ilimitadas para qualquer telefone fixo ou móvel do Brasil, mesmo em roaming dentro do território nacional. Serão aceitos dentro da condição de "ilimitado" planos que tenham franquia acima de 20.000 minutos por mês para cada linha; envio e recebimento de SMS ilimitados para qualquer telefone do Brasil; nas localidades com cobertura 4G, ou superior, o acesso à internet Móvel de Banda Larga (dados) deve ocorrer com velocidade média mínima de 1Mbps e com mínimo de 6GB de franquia mensal, com bloqueio do tráfego após o término da franquia ou com a redução e/ou limitação de velocidade após o consumo da franquia, porém, sem cobrança adicional pelos dados trafegados.</p> <p>3.8 apresentar disponibilidade do sistema de acordo com a legislação vigente.</p> <p>4. Devem ser fornecidos equipamentos terminais para acesso ao SMP, em regime de comodato, a saber:</p> <p>4.1. 7 (sete) aparelhos telefônicos móveis com as seguintes características:</p> <p>4.1.1. Todos os aparelhos telefônicos deverão ser do tipo smartphone, novos e de primeiro uso, nas cores preta, prata ou grafite e vir acompanhados de 01 (uma) bateria, 01 (um) carregador para 110/220 volts, acessórios de interconexão com microcomputador via interface tipo USB (do lado do microcomputador), módulo de identidade do assinante (SIM Card) e 01 (um) manual de funcionamento em português.</p> <p>4.1.2 Processador Dual core de 1.2 GHZ ou superior.</p> <p>4.1.3 Tecnologia digital para rede de quarta geração (4G) ou superior.</p> <p>4.1.4 Memória RAM 1 GB ou superior.</p> <p>4.1.5 Memória interna 16 GB ou superior.</p> <p>4.1.6 Conexão USB, Bluetooth e Wi-Fi (802.11a/b/g/n ou superior).</p> <p>4.1.7 Quad band nos padrões autorizados pela ANATEL.</p> <p>4.1.8 Tela: tipo HD ou superior; 4.7” polegadas ou superior; resolução 326 ppi ou superior; tecnologia IPS, amoled ou</p>	7	125,57	878,99	21.095,76

	<p>superamoleo.</p> <p>4.1.9 Câmera com foco automático e resolução de 8 megapixels ou superior e gravação de vídeo HD ou superior.</p> <p>4.1.10 Bateria que permita carga via conector USB do computador ou carregador e sustente um tempo de conversação de no mínimo 10 horas.</p> <p>4.1.11 Bandeja para cartão (Sim Card): padrão micro ou nano.</p> <p>4.1.12 Reprodução de áudio em MP3.</p> <p>4.1.13 Idioma: Português.</p> <p>4.1.14 Sistema Operacional: IOS 10 ou superior ou Android 8.0 ou superior.</p> <p>4.1.15 Justificativa específica: a definição do sistema operacional se dá em função da necessidade de manter total compatibilidade dos aplicativos móveis (agenda eletrônica, perfil de segurança padronizado, entre outros) atualmente em uso por usuários de telefonia móvel deste Tribunal, bem como das aplicações eleitorais desenvolvidas na Justiça Eleitoral.</p> <p>4.1.16 Homologação: deve ser homologado pela ANATEL.</p>				
	<p><b>c) Serviço Móvel Pessoal (SMP) pelo período improrrogável de 24 meses, sob as seguintes condições:</b></p> <p>1. Ser habilitadas <b>05 (cinco) linhas individuais</b> de acesso ao SMP para tráfego de dados, <b>COM o fornecimento de equipamentos em comodato.</b></p> <p>2. Não deverá haver cobrança pela habilitação de linhas ou de quaisquer outros serviços. Além disso, o serviço deverá:</p> <p>2.1 Possuir tecnologia de transmissão de voz e dados 2G/3G/4G ou superior;</p> <p>2.2 Possuir cobertura, no mínimo, nos municípios do Estado de Sergipe: Aracaju, Estância, Itabaiana, Lagarto, Neópolis, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Simão Dias e Tobias Barreto;</p> <p>2.3 Disponibilizar a maior velocidade de dados ofertada em cada localidade;</p> <p>2.4 Possuir assinatura com valor fixo mensal pós-pago; nas localidades com cobertura 4G, ou superior, o acesso à internet Móvel de Banda Larga (dados) deve ocorrer com velocidade média mínima de 1Mbps e com mínimo de 6GB de franquia mensal, com bloqueio do tráfego após o término da franquia ou com a redução e/ou limitação de velocidade após o consumo da franquia, porém, sem cobrança adicional pelos dados trafegados;</p> <p>2.5 Apresentar disponibilidade do sistema de acordo com legislação vigente.</p> <p>3. Devem ser fornecidos equipamentos terminais para acesso ao SMP, em regime de comodato, a saber:</p> <p>3.1. 5 (cinco) Modens de Comunicação 4G ou superior (USB), com as seguintes características:</p> <p>3.1.1 Devem ser novos e de primeiro uso.</p> <p>3.1.2 Quad-band nos padrões autorizados pela ANATEL para transmissão de dados para acesso sem fio à internet.</p> <p>3.1.3 Compatibilidade com o sistema operacional Microsoft Windows 10.</p> <p>3.1.4 Ser totalmente compatível com os SIM Card do tipo Micro ou Nano.</p> <p>3.1.5 Possuir antena embutida e interface de entrada para antena externa.</p> <p>3.1.6 Vir com todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento, incluindo software de instalação e manual do usuário.</p> <p>3.1.7 Possuir porta USB 2.0 ou superior.</p> <p>3.1.8 Deve prover serviço de roteador WI-FI (IEEE 802.11g/n ou superior) para interconexão com o microcomputador do usuário e aplicativo embarcado para interconexão com o provedor de serviços da operadora.</p>	5	109,90	549,50	13.188,00
<b>TOTAL DE REFERÊNCIA (24 MESES)</b>					<b>42.515,76</b>

### 3. MOTIVAÇÃO E FINALIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A comunicação por voz através de dispositivos móveis entre magistrados, servidores e prestadores de serviços provê maior agilidade no trâmite das informações e decisões, bem como um apoio à prestação do serviço eleitoral com maior presteza e celeridade.

3.2 A presente contratação, portanto, destina-se à escolha de empresa especializada na prestação do serviço de telefonia móvel de voz e dados, com o desiderato de atender as necessidades de comunicação ágil deste Tribunal, configurando-se em facilitador na obtenção de informações e catalisador para a tomada de decisões.

3.3 No tocante ao período de 24 (vinte e quatro) meses da contratação, convém esclarecer que se trata de serviços de natureza contínua, com implicações em custos de

investimentos e consequente prazo de amortização (relativamente aos telefones e modems fornecidos em regime de comodato).

3.4 Ademais, o prazo contratual de 24 meses influencia diretamente no valor da proposta vencedora, na medida em que forem balizados os custos benefícios dos investimentos.

#### 4. BENEFÍCIOS RESULTANTES DA CONTRATAÇÃO

4.1 Garantir a comunicação de voz entre os componentes deste Tribunal e o acesso de dados remoto à internet e ao ambiente da Justiça Eleitoral, notadamente ao sítio do TRE-SE na internet, possibilitando a sua atualização e consulta.

4.2 Oferecer serviços eleitorais com qualidade e presteza.

#### 5. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

5.1 A presente contratação contribui para o alcance do macrodesafio institucional "Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC".

#### 6. DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

6.1 O trabalho da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) está reproduzido no documento Estudos Técnicos Preliminares da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (Processo Administrativo 0010042-04.2019.6.25.8000), conforme determina a Resolução CNJ nº 182/2013.

#### 7. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADA

7.1 Os valores são fixos mensais, considerando um consumo ilimitado de ligações para quaisquer telefones do Brasil, mensagens de texto (SMS) ilimitadas e uma franquia mínima de 6GB de tráfego de dados, o que é suficiente para atender a demanda atual mensal até os próximos vinte e quatro meses.

#### 8. ANÁLISE DO MERCADO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8.1 Não se aplica a este procedimento, pois se trata de contratação de empresa detentora de outorga emitida pela ANATEL para operar o Serviço Móvel Pessoal (SMP) dentro da Região I do Plano Geral de Outorgas da ANATEL, ou Outorga emitida pela ANATEL para operar o referido serviço em nível nacional.

8.2 Na análise da EPC, a única alternativa disponível para a realização de comunicação de voz móvel e transmissão de dados remoto (internet móvel) é a contratação de empresa especializada autorizada a operar o Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), no estado de Sergipe, mediante outorga concedida pela Agência Nacional de Telecomunicação (ANATEL). Outrossim, o fornecimento de aparelhos (telefones e modems) em regime de comodato objetiva evitar a obsolescência técnica dos aparelhos e a redução dos respectivos custos de manutenção.

#### 9. FORMA E CRITÉRIO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E TIPO DE LICITAÇÃO

9.1 O fornecedor será escolhido por meio de licitação, na modalidade Pregão, forma eletrônica e tipo "menor preço", com base no estudo da solução e do mercado de tecnologia da informação, tendo-se em conta que o objeto é considerado comum, nos termos do disposto no Acórdão 2.471/2008-Plenário, do Tribunal de Contas da União.

9.2 A Equipe de Apoio à Contratação (EAC), responsável por subsidiar a Área de Licitações em suas dúvidas, respostas aos questionamentos, recursos e impugnações, bem como na análise e julgamento das propostas das licitantes será representada pelos servidores:

- Titulares:
  - Cosme Rodrigues de Souza.
  - André Amâncio de Jesus.
- Suplentes:
  - Martha Coutinho de Faria Alves.
  - Wagner Ferreira Toledo.

#### 10 IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO

10.1 Não se aplica a este procedimento, pois se trata de contratação de empresa detentora de outorga emitida pela ANATEL para operar o Serviço Móvel Pessoal (SMP) dentro da Região I do Plano Geral de Outorgas da ANATEL, ou Outorga emitida pela ANATEL para operar o referido serviço em nível nacional.

#### 11 ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 O licitante provisoriamente classificado em 1º (primeiro) lugar, no prazo estipulado pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, deverá apresentar a "Planilha de Formação de Preços", em formato .ods ou .pdf.

11.2 O Pregoeiro poderá conceder prorrogação do prazo de apresentação da planilha referida no item **11.1**, mediante justificativa plausível do licitante.

11.3 Em caso de não apresentação da planilha, a proposta do licitante será desclassificada.

#### 12 DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO

12.1 Os equipamentos deverão ser entregues na Seção de Manutenção Predial (SEMAN), localizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, com endereço no Centro Administrativo Governador Augusto Franco - CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju/SE, no horário das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, sujeito a alteração, devidamente comunicada pela Gestão/Fiscalização Contratação, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, sendo o frete, carga e descarga custeados pela Contratada.

12.2 A CONTRATADA deverá entregar os produtos em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota de Empenho, atendendo ao que consta no Instrumento Convocatório, ao disposto na Lei nº 9.472/1997, no contrato de concessão/autorização assinado com a ANATEL e nas demais disposições regulamentares pertinentes aos serviços a serem prestados.

12.2.1 Presume-se recebida ou retirada a Nota de Empenho após 2 (dois) dias úteis de seu envio à Contratada, se outra data não houver sido registrada.

12.3 A CONTRATADA deverá apresentar documentação técnica dos equipamentos fornecidos em regime de comodato.

12.4 Tratando o objeto deste certame de terminais móveis cedidos em regime de comodato, na eventualidade de se verificar alguma substituição, dispensa-se a necessidade de aditamento contratual, cumprindo ao CONTRATANTE o efetivo controle e à CONTRATADA o fornecimento do documento fiscal de remessa do novo aparelho, para a adoção das providências cabíveis.

12.5 Caso a CONTRATADA passe a ofertar ao mercado nova tecnologia de acesso - notadamente no tocante à velocidade de comunicação de dados, a exemplo de 4G - que atenda às exigências das especificações técnicas constantes deste Instrumento e possua melhor desempenho que a originalmente ofertada, o atendimento ao objeto contratado deverá, a critério do TRE-SE, ser realizado através dessa nova tecnologia, mediante a substituição dos terminais, desde que sejam mantidas as demais condições avençadas.

12.6 A Contratada poderá subcontratar, conveniar-se ou associar-se de qualquer forma a outras empresas, estando em conformidade com o estabelecido pela regulamentação da ANATEL para a prestação dos serviços contratados.

12.7 Ao final do contrato, o TRE/SE providenciará a devolução de todos os terminais móveis cedidos em regime de comodato, eximindo-se de qualquer indenização pelo uso e/ou desgaste dos respectivos aparelhos.

12.8 Todos os prazos não mencionados e que estão diretamente ligados à prestação de Serviço Móvel Pessoal deverão atender aos prazos especificados pela ANATEL.

12.9 Em caso de **extravio**, seja por **furto**, **roubo**, **perda** ou **qualquer outro motivo que faça com que o terminal móvel saia da posse do Contratante**, este ficará



responsável pelo pagamento de todas as tarifas, preços e demais encargos decorrentes do seu uso, até o momento em que a CONTRATADA seja comprovadamente comunicada a respeito do ocorrido.

12.9.1 A Contratada deve disponibilizar Central de Atendimento para fins de solicitação do bloqueio da linha e do terminal móvel, nos termos do item **12.9**.

12.9.2 Tratando-se de **furto/roubo**, o TRE-SE deve providenciar o registro de ocorrência policial e encaminhar o respectivo Boletim de Ocorrência à Contratada, preferencialmente por meio eletrônico.

12.9.2.1 Verificadas as circunstâncias definidas no item **12.9.2**, a Contratada efetuará a reposição de até 1 (um) aparelho (com o respectivo chip) roubado a cada 12 (doze meses) meses de vigência contratual, sem a incidência de qualquer ônus ao Contratante.

12.9.3 Cientificada da **perda** do equipamento, cumpre à CONTRATADA emitir documento de cobrança para o fornecimento de um novo aparelho no prazo descrito no item **12.10**, cujo valor não poderá superar o constante do documento fiscal de remessa do terminal móvel perdido.

12.9.3.1 O pagamento do valor correspondente ao equipamento perdido compete ao CONTRATANTE e correrá por conta do respectivo usuário do terminal móvel.

12.10 Durante a vigência contratual, qualquer equipamento que apresente defeito de fabricação ou previsto em garantia deve ser substituído por outro novo e de primeiro uso, em até 30 (trinta) dias contados a partir da notificação à CONTRATADA, **sem ônus ao CONTRATANTE**.

12.11 Em caso de **defeito decorrente de mau uso**, o terminal móvel ou acessório será **substituído no prazo de até 30 (trinta) dias** por outro de características idênticas ou superiores, ocasião em que a CONTRATADA deve providenciar a sua retirada para manutenção.

12.11.1 Na hipótese prevista no item **12.11**, a CONTRATADA deverá emitir documento de cobrança referente aos serviços de reparo no aparelho ou à sua substituição, conforme o caso.

12.11.2 O valor do documento a que se refere o item **12.11.1** deve corresponder ao valor do serviço prestado ou ao valor do terminal móvel substituído, não podendo superar aquele constante do documento fiscal de remessa do aparelho danificado.

12.11.3 O pagamento do valor correspondente ao **equipamento defeituoso** compete ao CONTRATANTE e correrá por conta do respectivo usuário do terminal móvel.

## 13 DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

### 13.1 Obrigações da Contratada

13.1.1 Indicar, no prazo de recebimento ou de retirada da Nota de Empenho (dois dias úteis), representante para a execução do objeto da presente contratação.

13.1.1.1 Indicar outro representante, no mesmo prazo de 2 (dois) dias úteis, no caso de o Contratante utilizar-se do direito de determinar, a qualquer tempo, a sua substituição.

13.1.2 Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento, entrega, e inclusive pelo descarregamento dos materiais, bem como por todas as despesas inerentes à contratação e pelos danos causados ao TRE/SE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.

13.1.3 Fornecer/executar o objeto da contratação de acordo com este Instrumento e com as normas e especificações técnicas, entregando produtos novos, de primeiro uso, não recondicionados, obedecendo os prazos estipulados, e atendendo as normas do Código de Defesa do Consumidor.

13.1.4 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto da contratação.

13.1.5 Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pela Equipe de Gestão da Contratação (EGC), que serão formuladas por escrito e realizadas por meio de comunicação em conformidade com o item **13.1.12**.

13.1.6 Facilitar o pleno exercício das funções da EGC, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do Contratante, por ela julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

13.1.7 Prestar os serviços de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e, quando houver necessidade de reparo, deverá ser realizado em até 24 horas contadas do recebimento da solicitação, nos termos do Art. 25, § 1º da Resolução ANATEL nº 574/2011.

13.1.8 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

13.1.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento da legislação pertinente de âmbito federal, estadual ou municipal, inclusive quanto ao reajuste das tarifas telefônicas.

13.1.10 Fornecer mensalmente, ou quando solicitado pela EGC, o demonstrativo de utilização dos serviços, por linha telefônica.

13.1.11 Entregar os aparelhos devidamente habilitados e aptos para funcionamento em todo território nacional.

13.1.12 Informar canal de comunicação apto à realização de tratativas durante a execução contratual, a exemplo de endereço eletrônico (e-mail), chat e número de telefone.

13.1.12.1 Para cada demanda apresentada pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá fornecer um número de protocolo referente ao atendimento.

13.1.13 Observar as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE/SE, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.

### 13.2 Obrigações do Contratante

13.2.1 Proporcionar à Contratada as condições indispensáveis à execução do objeto deste Instrumento.

13.2.2 Notificar a Contratada, por intermédio de correio eletrônico, telefone ou sistema disponibilizado pela empresa vencedora, qualquer interrupção na prestação dos serviços.

13.2.3 Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

13.2.4 Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos do fornecimento/execução contratado, desde que se apresentem devidamente identificados, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do Contratante.

## 14 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO, DO GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

14.1 A Gestão/Fiscalização da contratação será realizada pela Equipe de Gestão da Contratação (EGC), mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas neste Instrumento e na proposta da Contratada e a aceitação por meio de atestação exarada na nota fiscal ou fatura, procedendo-se a observações, se necessário.

14.1.1 A Equipe de Gestão da Contratação (EGC) será constituída por membros da Administração especialmente designados, com as seguintes funções:

14.1.1.1 **Gestor da Contratação:** servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização contratual. A ele caberá o encaminhamento de indicação de glosas ou sanções para a Área Administrativa; efetuar o Recebimento Definitivo; autorizar a emissão de nota fiscal; encaminhar eventuais pedidos de modificação contratual para a Área Administrativa; verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação; manutenção do histórico de gerenciamento da contratação, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução da contratação.

14.1.1.2 **Fiscal Técnico:** servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, responsável por fiscalizar tecnicamente a contratação. Cabe ao Fiscal Técnico o monitoramento constante do nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas; identificação de não conformidade com os termos contratuais.

14.1.1.3 **Fiscal Administrativo:** servidor representante da Área Administrativa, responsável por fiscalizar a contratação quanto aos aspectos administrativos, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais.

14.1.2 **Integrantes da Equipe de Gestão da Contratação (EGC):**

14.1.2.1 **Gestor da Contratação:** Luciano José Andrade Melo e, em suas ausências, Joeli Sampaio de Jesus.

14.1.2.2 **Fiscal Técnico:** Júlio César Santana e, em suas ausências, Walter Alves de Oliveira Filho ou Cosme Rodrigues de Souza.

14.1.2.3 **Fiscal Administrativo:** Ricardo Loeser de Carvalho Filho e, em suas ausências, Gilvan Meneses.

14.2 Dos Níveis Mínimos de Serviço

14.2.1 O serviço objeto desta contratação deverá ser prestado de forma ininterrupta, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência da contratação, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

14.2.2 As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância do Contratante.

14.2.3 Na hipótese da ocorrência de interrupção dos serviços, as falhas deverão ser corrigidas e os serviços restabelecidos em no máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar da notificação à CONTRATADA, que se dará por meio de comunicação em conformidade com o item **13.1.12**.

14.2.4 A avaliação da qualidade dos serviços prestados será realizada mediante apuração dos indicadores de desempenho constantes do **Anexo III** ao Edital do Pregão eletrônico nº 19/2019 (Instrumento de Medição de Resultados).

14.2.5 A Contratada será responsável pelo cumprimento das metas estabelecidas, cabendo ao Contratante efetuar auditorias periódicas como forma de resguardar os interesses da Administração.

14.2.6 Em caso de descumprimento das metas estabelecidas para o período em análise, haverá repercussão (glosas) na prestação pecuniária.

14.2.7 O Fiscal Técnico, responsável pela apuração dos indicadores, deverá submeter o resultado da avaliação para conhecimento da Contratada, que disporá do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação do CONTRATANTE (vide número de protocolo referido no item **13.1.12.1**), para apresentar justificativas ao Contratante, que deverá avaliá-las no mesmo prazo.

14.2.7.1 As eventuais aplicações de glosas ocorrerão no próprio mês de faturamento ou, se não avaliadas tempestivamente, no mês subsequente.

14.2.8 A aceitação ou recusa das justificativas deverá ser formalizada pelo Fiscal Técnico.

14.2.9 A aplicação reiterada de glosas associadas a um mesmo indicador, por três meses consecutivos ou cinco meses intervalados, ao longo de um ano, sujeitará a Contratada às sanções previstas no item **15** do Termo de Referência ou, até mesmo, a rescisão contratual.

14.2.10 A simples aplicação de redutor por descumprimento dos níveis mínimos de serviço não exime a Contratada de outras sanções estabelecidas neste Instrumento.

14.3 Dos recebimentos provisório e definitivo

14.3.1 O objeto será recebido, mediante termo próprio, da seguinte forma:

14.3.1.1 **Provisoriamente**, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas.

14.3.1.1.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação terá 2 (dois) dias úteis, a contar da entrega do objeto, para informar se os produtos (aparelhos telefônicos e modems USB e "SIM Card") estão em conformidade com as especificações exigidas, emitindo, ato contínuo, "Termo de Recebimento Provisório".

14.3.1.2 **Definitivamente**, em até 5 (cinco) dias úteis, a partir da entrada em funcionamento dos serviços, ocasião em que deverá ser emitido o Termo correspondente.

14.4 A Gestão/Fiscalização, exercida no interesse do TRE/SE, bem como os recebimentos provisório e definitivo, não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da Contratada pela adequada execução do objeto pactuado ou pelos danos e prejuízos causados (por culpa ou dolo) ao TRE/SE ou a terceiros.

14.5 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados imediatamente, podendo ser fixado prazo de acordo com a complexidade do caso.

14.6 A Gestão/Fiscalização da Contratação rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 19/2019, em seus Anexos e na respectiva proposta da Contratada, bem como determinará o que for necessário à solução das irregularidades detectadas durante a execução contratual.

14.7 Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta submeterá a matéria aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, para que seja determinada a adoção das medidas cabíveis.

14.8 Da aceitação e do pagamento

14.8.1 A aceitação dos serviços dar-se-á por meio de atestação da EGC exarada na Nota Fiscal/Fatura de serviços emitida pela contratada, procedendo-se a observações, se necessário.

14.8.2 Pelo perfeito e fiel fornecimento/execução do objeto deste Instrumento, o TRE/SE efetuará o pagamento do preço proposto em até 20 (vinte) dias úteis contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, acompanhada de todos os documentos necessários à atestação, através de qualquer tipo de Ordem Bancária.

14.8.2.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/93, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da atestação, que ocorrerá após confirmação da regularidade dos documentos que acompanham a Nota Fiscal/Fatura.

14.8.2.2 O Contratante pagará à Contratada o valor do faturamento mensal, na forma da Proposta apresentada, **condicionando-se a cobrança à entrega dos equipamentos prevista no item 12.2**.

14.8.2.3 O prazo para atestação, que é de 02 (dois) dias, contados da perfeita e efetiva execução do objeto contratado, não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da Contratada, comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

14.8.3 Para cada pagamento, a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da Contratada relativa à Seguridade Social - INSS, através da CND - Certidão Negativa de Débitos, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

14.8.3.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na internet: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP/Certidao/CNDConjuntaSegVia/NICertidaoSegVia.asp?Tipo=1>, <https://webp.caixa.gov.br/cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp> e <http://www.tst.jus.br/certidao>.

14.8.3.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

14.8.3.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e na Nota de Empenho.

14.8.3.4 Eventual mudança do CNPJ da contratada (matriz/filial), encarregada da execução da contratação, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

14.8.4 Na hipótese de não ocorrer o pagamento no prazo previsto, conforme o caso, no item **14.8.2** ou **14.8.2.1**, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$  (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

$I = 0,0001644$ .

14.8.4.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **14.8.4**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

14.9 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da Contratada, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

14.10 Qualquer incorreção nas faturas ou notas fiscais comunicada à Contratada suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

14.11 Os preços dos serviços serão fixos e irrevogáveis para o período de 12 (doze) meses, após o qual poderão ser atualizados, anualmente, visando a sua adequação aos novos preços de mercado, mediante aplicação da variação nominal do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), normatizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) através da Resolução nº 532, de 3 de agosto de 2009, ou outro índice que venha a substituí-lo no setor de telecomunicações.

14.12 Na hipótese de a ANATEL determinar a redução de tarifas, de maneira análoga, a CONTRATADA deverá repassar ao CONTRATANTE, a partir da mesma data-base, as

tarifas reduzidas.

14.13 Os reajustes dos preços dos serviços devem ser comunicados ao CONTRATANTE, por meio de documento oficial expedido pela CONTRATADA.

## 15 DAS PENALIDADES

15.1 Pela inexecução total ou parcial da contratação o TRE/SE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

15.1.1 Advertência por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, ou inobservância de obrigação que não justifique imposição de penalidade mais grave.

15.1.1.1 A advertência será aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, mediante aviso escrito à Contratada, decorridos 5 (cinco) dias úteis para sua manifestação, caso esta não apresente justificativa ou a apresentada seja insuficiente.

15.1.2 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 1

Grau	Correspondência (% do valor mensal do Contrato)
1	0,07%
2	0,2%
3	0,5%
4	1,0%
5	2,0%
6	3,0%
7	4,0%
8	5,0%

Tabela 2

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Permitir que o serviço seja prestado por colaboradores/funcionários não identificados por crachá.	3	Por ocorrência
2	Permitir que o serviço seja prestado por colaboradores/funcionários sem capacidade técnica necessária ao pleno atendimento do objeto contratado	3	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	7	Por dia
4	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus colaboradores/funcionários	5	Por ocorrência
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela Gestão/Fiscalização da contratação, sem motivo justificado	7	Por ocorrência
6	Sofrer aplicação reiterada de glosas associadas a um mesmo indicador, por três meses consecutivos ou cinco meses intervalados, ao longo de um ano	7	Por ocorrência
7	Causar qualquer indisponibilidade dos serviços do Contratante por motivo de imperícia na execução das atividades contratuais	8	Por ocorrência
8	Prestar informações incorretas para aferição dos indicadores/metadados de níveis de serviço	3	Por ocorrência
9	Causar qualquer dano aos equipamentos da contratante, em razão de dolo ou culpa, na execução das atividades contratuais.	4	Por ocorrência
10	Atraso injustificado na execução dos serviços contratados	1	Por hora de atraso no cumprimento das metas estabelecidas no IMR e até o máximo de 5% (cinco por cento)
<b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b>			
11	Manter a documentação de habilitação atualizada	3	Por ocorrência
12	Prestar todas as informações necessárias para aferição dos indicadores/metadados de níveis de serviço	8	Por ocorrência
13	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Gestão/Fiscalização da contratação	4	Por ocorrência
14	Apresentar fatura mensal do objeto contratado	4	Por ocorrência.
15	Entregar, no prazo definido, os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do Termo de Contrato.	4	Por ocorrência e por dia.

15.2 O atraso injustificado na implantação/fornecimento do objeto deste Instrumento sujeitará a Contratada à multa moratória de 0,3% (três décimos por cento), **sobre o valor total do objeto contratado**, por cada dia de atraso na entrega do objeto, limitado ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

15.3 As multas a que alude este instrumento não impedem que a Administração rescinda unilateralmente a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.

15.4 As multas previstas neste Instrumento, bem como o valor necessário à reparação dos danos, serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE/SE ou cobrados judicialmente.

15.5 Para que seja aplicada a sanção prevista no item **15.1.2**, deve ser facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua notificação.

15.6 As multas serão aplicadas pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

15.7 A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o art. 4º, XIV, da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento e das demais cominações legais, nos prazos e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

15.7.1 **Por até 1 (um) ano**, no caso de ensejar o retardamento do fornecimento do objeto ou de falhar na execução da contratação.

15.7.2 **Por até 2 (dois) anos**, no caso de o retardamento da execução do objeto ou de falha na execução da contratação causar prejuízo ao TRE-SE.

15.7.3 **Por até 5 (cinco) anos**, quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

15.8 A sanção do item **15.7** poderá ser aplicada conjuntamente com a sanção do item **15.1.2**.

15.9 A sanção prevista no item **15.7** é de competência da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, facultada defesa ao interessado no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua notificação.

15.10 A culpabilidade da Contratada será aferida objetivamente, sendo o prejuízo concretamente demonstrado pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que documentará todos os contatos e fixará os prazos de atendimento, devendo ser apreciadas pormenorizadamente, com opinativo em função do grau de prejudicialidade da atuação da Contratada, as circunstâncias que envolverem sua conduta, ensejadoras da graduação da penalidade sugerida.

15.11 À Contratada que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

15.11.1 Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE/SE.

15.11.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE/SE.

15.11.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

15.11.2 Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

15.11.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **15.11.1** e **15.11.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da contratada e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

15.12 A advertência referida no item **15.1.1.1**, bem como as notificações previstas nesta cláusula, serão realizadas preferencialmente por email.

## 16 DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

16.1 A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Instrumento, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor.

16.1.1 O limite estabelecido no item **16.1** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes.

## 17 DA RESCISÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1 A inexecução total ou parcial da contratação ensejará a sua rescisão, com as consequências previstas neste Instrumento, em lei ou regulamento.

17.2 Constituem motivos para rescisão da contratação:

17.2.1 O não cumprimento de obrigações, especificações ou prazos.

17.2.2 O cumprimento irregular de obrigações, especificações ou prazos.

17.2.3 A lentidão no cumprimento da contratação, levando o TRE/SE a comprovar a impossibilidade de execução do objeto no prazo estipulado.

17.2.4 O atraso injustificado no início da execução.

17.2.5 A paralisação da execução, sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante.

17.2.6 A sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

17.2.7 A subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE/SE.

17.2.8 O descumprimento das determinações regulares da Gestão/Fiscalização da Contratação, bem como das dos seus superiores hierárquicos.

17.2.9 O cometimento reiterado de faltas na execução.

17.2.10 A decretação de falência.

17.2.11 A dissolução da sociedade.

17.2.12 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que, a juízo do TRE/SE, prejudique a execução da contratação.

17.2.13 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Autoridade competente do TRE/SE.

17.2.14 A supressão, por parte da Administração, de materiais e serviços, acarretando modificação do valor inicial da contratação além do limite estabelecido no item **16.1** deste Instrumento, na hipótese de não celebração do acordo previsto no item **16.1.1**.

17.2.15 A suspensão de sua execução, por ordem escrita do Contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

17.2.16 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo TRE/SE, decorrentes de objeto já executado e devidamente conferido, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

17.2.17 A não liberação da área, local ou objeto para execução da contratação, por parte do TRE/SE, nos prazos contratuais.

17.2.18 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução desta contratação.

17.2.19 O descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

17.3 A rescisão da Contratação poderá ser:

17.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos itens **17.2.1** a **17.2.13** e **17.2.18** deste Instrumento.

17.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o TRE/SE.

17.3.3 Judicial, nos termos da legislação.

17.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de relatório da Gestão/Fiscalização da Contratação, e de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente do TRE/SE.

17.5 Quando a rescisão ocorrer com base nos itens **17.2.13** a **17.2.18**, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a pagamentos devidos pela execução desta contratação até a data da rescisão.

17.6 A rescisão motivada por qualquer das condições definidas nos itens **17.2.1** a **17.2.13** e **17.2.18** acarreta a retenção dos créditos decorrentes desta contratação, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento.

## 18 DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

18.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do TRE-SE, caso em que será comunicado à Contratada.

## 19 DO FORO

19.1 O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na presente relação contratual é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

## 20 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

20.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), a Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Complementar 123/2006, os Decretos 8.538/2015, 6.654/2008, 7.174/2010 e 9.507/2018, a Lei 9.472/1997, a Resolução CNJ 182/2013, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017.

### ANEXO II

#### PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS - FORMATO ODS.

(0766167)

Disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos> (pesquisar por número e ano da licitação) e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/comprasnet-siasg> (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

### ANEXO III

#### INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

##### 1. Considerações Gerais

O presente instrumento visa a estabelecer os requisitos mínimos de qualidade a serem cumpridos pela empresa Contratada para consecução dos objetivos da contratação.

**Em caso de não cumprimento das metas associadas aos indicadores, haverá repercussão (glosas) na prestação pecuniária.**

A aplicação reiterada de glosas associadas a um mesmo indicador, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses intervalados, ao longo de 1 (um) ano, sujeitará a Contratada às sanções previstas no item **15** do Anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico nº 19/2019 (Termo de Referência) ou, até mesmo, a rescisão contratual.

##### 1.1 Indicadores de Desempenho

##### ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE MENSAL (IDM)

**O que mede** A disponibilidade do Serviço Móvel Pessoal (voz e dados) em termos percentuais.

**Quem mede** Fiscal Técnico

**Quando medir** Mensalmente.

O IDM será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IDM = [(To - Ti) / To] * 100$$

**Como medir**

Sendo:

IDM = índice de disponibilidade mensal do SMTP em %

To = período de operação (um mês) em minutos.

Ti = somatório dos tempos de inoperância, durante o período de operação, em minutos

**Meta** IDM >= 99,40 %

**Polaridade** Quanto maior, melhor.

**Glosa** Glosa de 2 % (até o limite de 10 %) sobre o valor mensal do serviço, para cada 1% abaixo da meta.

O Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias, sempre que julgar necessário.

Considerar-se-á como tempo de indisponibilidade o intervalo compreendido entre o momento da interrupção dos serviços e o seu efetivo restabelecimento às condições normais de operação.

**Observações**

O registro da interrupção dos serviços será realizado pelo Contratante, mediante abertura de chamado.

Serão excluídas desta contagem as interrupções programadas, para fins de manutenção, desde que comunicadas ao Contratante com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

##### ÍNDICE DE RESOLUÇÃO DE CHAMADOS (IRC)

**O que mede** O percentual de chamados resolvidos dentro do prazo, considerando o prazo de solução de 24 horas.

**Quem mede** Fiscal Técnico

**Quando medir** Mensalmente.

O IRC será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

**Como medir**

(Total de Chamados resolvidos dentro do prazo / Total de Chamados do Período) x 100

<b>Meta</b>	IRC >= 95%
<b>Polaridade</b>	Quanto maior, melhor.
<b>Glosa</b>	Glosa de 2 % (até o limite de 10 %) sobre o valor mensal do serviço, para cada 1% abaixo da meta.
<b>Observações</b>	O Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias, sempre que julgar necessário. A contagem de tempo de solução do chamado deve ser realizada de forma ininterrupta, salvo quando a solução depender de ação por parte do Contratante, hipótese na qual o chamado será considerado pausado.

**ANEXO IV**  
**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

<b>TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO</b>			
IDENTIFICAÇÃO			
NOTA DE EMPENHO:		PREGÃO Nº	
OBJETO			
CONTRATANTE:			
CONTRATADA:			
Por este Instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no artigo 18, inciso III, alínea "a", item 6 da Resolução CNJ nº 182, de 17 de outubro de 2013, que o objeto relacionado acima foi recebido nesta data e será avaliado quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com os critérios de aceitação previamente definidos pelo Contratante.			
<b>DE ACORDO</b>			
Equipe de Gestão da Contratação			
<u>                    </u> <<nome>> <<matrícula>>	<u>                    </u> <<nome>> <<matrícula>>	<u>                    </u> <<nome>> <<matrícula>>	

**ANEXO V**  
**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

<b>TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO</b>			
IDENTIFICAÇÃO			
NOTA DE EMPENHO Nº:		PREGÃO Nº	
OBJETO			
CONTRATANTE:			
CONTRATADA:			
Por este Instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no artigo 18, inciso III, alínea "a", item 6 da Resolução CNJ Nº 182, de 17 de outubro de 2013, que o objeto relacionado acima possui a qualidade compatível com a especificada no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 19/2019.			
<b>DE ACORDO</b>			
Equipe de Gestão da Contratação			
<u>                    </u> <<nome>> <<matrícula>>	<u>                    </u> <<nome>> <<matrícula>>	<u>                    </u> <<nome>> <<matrícula>>	



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE MOURA DE FIGUEIREDO DÉDA**, Analista Judiciário, em 24/10/2019, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
informando o código verificador **0773362** e o código CRC **6DB478E6**.

---

0022903-22.2019.6.25.8000

0773362v3